

Dimensões do Desenvolvimento: Teoria e Prática no Nordeste Brasileiro

Adriano Sarquis B. de Menezes

Gerente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste e Mestre em Economia-CAEN/UFC.

Eveline Barbosa S. Carvalho

Analista de Negócios do Banco do Nordeste e Ph.D. em Economia do Desenvolvimento e Política Internacional pela "University of Illinois."

"If we could first know where we are, and whither we are tending, we could better judge what to do, and how to do it." Abraham Lincoln

Resumo:

O estudo tem como objetivo precípua identificar os principais fundamentos que orientam a formulação de políticas de desenvolvimento no mundo contemporâneo. Analisa como tais políticas influenciam o desenvolvimento econômico sustentável nacional dentro de uma visão dinâmica que atenda aos preceitos de redução das disparidades no nível de renda e da inserção competitiva do país no mercado internacional. Apresenta as principais dimensões do desenvolvimento sustentável que estão sendo trabalhadas no Nordeste brasileiro pelo Banco do Nordeste, destacando o método de atuação em parceria com diversos órgãos das esferas federal, estadual, municipal e com organizações não-governamentais, na busca de promover o desenvolvimento econômico integrado da Região.

Palavras-Chave:

Políticas de Desenvolvimento Econômico; Subespaços Nacionais; Eixos estruturadores; Dimensões do Desenvolvimento; Competitividade; Desenvolvimento Local; Parceria; Redução das Disparidades; Nordeste do Brasil; Desenvolvimento Regional; Globalização Econômica.

1 - INTRODUÇÃO

A evolução da teoria econômica e em especial seu segmento dedicado às teorias do desenvolvimento, guardam íntima ligação com o que vem acontecendo ao longo dos anos na economia contemporânea em diferentes partes do mundo. Assim, não é de se estranhar que a visão de desenvolvimento econômico tenha passado por inúmeras revisões e modificações de pensamento e interpretação e que tenha sido aplicada de forma diferenciada em momentos e localizações diversas no mundo todo.

Essa evidência descreve nada mais do que a modificação dos tempos, da visão do mundo e, principalmente, as variações de ordem tecnológica que todas as nações atravessam em diferentes estágios da humanidade. É o caso atualmente da globalização que afeta o desenvolvimento de todas as economias do mundo, em proporções semelhantes ao que ocorreu com a Revolução Industrial do século XVIII.

O presente trabalho tem como principal objetivo, à luz das teorias do desenvolvimento econômico, identificar quais os principais sustentáculos ou dimensões para que devem ser considerados, para o desenvolvimento econômico dentro de uma visão dinâmica que atenda aos preceitos de redução das disparidades no nível de renda e da inserção competitiva do Brasil num mundo de integração econômica. Isso posto, os autores apresentam uma visão dessas dimensões que estão sendo trabalhadas por iniciativa do Banco do Nordeste em ação partilhada com diversos órgãos nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo também organizações não governamentais, na busca de se promover de forma mais estruturada o desenvolvimento econômico da região Nordeste do Brasil.

2 - UMA BREVE REVISÃO DAS DIMENSÕES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO

Para muitos estudiosos, desenvolvimento econômico é o objetivo maior da Teoria Econômica. Uma prova disso é que Adam Smith e básica-

mente toda a escola clássica se preocupou com a essência do seu significado.¹

A visão clássica de desenvolvimento econômico, porém, se confundia basicamente com a noção de crescimento e era de certo modo dissociada das realidades tão díspares em diversas partes do mundo. Igualando assim o desenvolvimento ao crescimento da produção, os primeiros teóricos identificaram a formação de capital como o componente crucial para acelerar o desenvolvimento. Dentro dessa visão os países Latino-Americanos, Asiáticos e Africanos eram vistos como versões primitivas das nações Europeias que com o tempo poderiam se desenvolver e chegar aos padrões de vida da Europa e da América do Norte. Acreditava-se na teoria de estágios históricos de desenvolvimento econômico que pressupunha uma espécie de progresso linear e que dominou as discussões na área por um longo período.²

Com a necessidade de reconstrução da Europa no pós-guerra e diante de um panorama de nações com padrões de vida tão desbalanceados, surgiu a necessidade de criação de instituições que poderiam induzir, sustentar e acelerar o crescimento, como o Banco Mundial que deu novo e importante impulso a novos estudos e visões à teoria do desenvolvimento econômico.

A tentativa de chegar a uma definição dos conceitos de subdesenvolvimento levou alguns economistas à conclusão de que o principal desafio estaria em sugerir atalhos através dos quais países subdesenvolvidos poderiam alcançar os países desenvolvidos e “pular” alguns estágios.³

Com o passar do tempo o significado da formação de capital tomou nova interpretação passando de mera acumulação física para a ênfase em capital humano. Posteriormente tal argumento foi ampliado para saúde e outras áreas sociais como indispensáveis ao crescimento sustentável da industrialização.

¹ Por exemplo, o livro mais famoso de Schumpeter foi: “A Teoria do Desenvolvimento Econômico”(1911).

² Conforme ficou famoso com Rostow, em 1960, o qual foi citado na obra de TODARO (1986).

³ Exemplificando no trabalho de KUZNETS (1983).

Os primeiros keynesianos chamaram atenção para a questão da distribuição de renda como determinante da poupança e do crescimento. A noção de tornar o ciclo vicioso de poupança baixa e crescimento baixo em um ciclo virtuoso com a interferência do governo, foi reiterada por MYRDAL (1898) em sua teoria da "causação circular" e a partir de então, o envolvimento do governo passou a ser considerado uma ferramenta crítica do desenvolvimento econômico.

Com o surgimento das primeiras discussões sobre a formação da Comunidade Européia - uma espécie de marco aos acordos de livre comércio de hoje - alguns economistas se voltaram para o comércio internacional como um grande catalisador do crescimento, como por exemplo Jacob Viner, dando assim expansão ao pensamento pioneiro de Adam Smith de que o comércio e a especialização poderiam aumentar o mercado disponível (VINER, 1937).

Mas coube aos estruturalistas, chamar atenção aos problemas diferenciados dos países menos desenvolvidos. Segundo esses teóricos, os países subdesenvolvidos não eram simplesmente versões primitivas dos países desenvolvidos, como enxergava a teoria clássica, pelo contrário, eles tinham características próprias distintas.

A necessidade de uma análise específica de desenvolvimento passou a ser defendida. Baseada nessa convicção foi formulada a famosa teoria da dependência segundo a qual o mundo havia se desenvolvido para um relacionamento centro-periferia, onde o terceiro mundo, composto pelos países menos desenvolvidos, se tornara um mero produtor de matéria-prima para os fabricantes do primeiro mundo e, desse modo, condenados a um papel de dependência na economia mundial.

O grupo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), formado por Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e outros, concluiu que seria necessário algum grau de protecionismo no comércio para os países menos desenvolvidos dando celeridade a chamada política de substituição das importações que teve notável influência em vários países do terceiro mundo, e no Brasil em particular.

Com o passar do tempo a análise econômica passou a ter enfoque completamente oposto com o chamado movimento neoclássico. Segundo essa nova corrente de pensamento as burocracias e as regulações estatais sufocavam o investimento privado e distorciam preços tornando as economias em desenvolvimento ineficientes.

Como se observa, as teorias de desenvolvimento vêm sofrendo grandes mudanças de visão, que acompanham e influenciam o comportamento histórico das economias mundiais. Muitas dessas visões são diametralmente opostas, mas sugerem um ponto comum de evolução: a preocupação com problemas estruturais (disparidades de renda, urbanização, nível de emprego, transformação agrícola, educação e saúde) como dimensões indispensáveis para se atingir o desenvolvimento.

3 - AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NO NORDESTE DO BRASIL

Conforme mencionado anteriormente, as teorias clássicas colocaram a acumulação de capital como a principal meta das políticas de desenvolvimento. De acordo com essa visão, o crescimento econômico, ao elevar a riqueza de uma economia, melhoraria as condições de vida e bem-estar de toda a população. No entanto, a experiência histórica de diversas nações mostrou que a acumulação de capital de forma isolada não seria suficiente para prover a sociedade de todas as condições compatíveis com padrões mais elevados de desenvolvimento.

Essa nova concepção do desenvolvimento foi adequadamente tratada no World Development Report, de 1991, do Banco Mundial, sintetizado pela afirmação: "*It is not a question of state or market: Each has a large and irreplaceable role*" (WORLD BANK, 1991). Essa assertiva que estabelecia uma nova orientação para as políticas nos diversos países do mundo, ao colocar como desafio ao desenvolvimento das nações, variáveis associadas não apenas à elevação da renda, mas também à melhoria da educação, saúde, nutrição, redução da pobreza, preservação ambiental e enriquecimento cultural. Enfim, todos aqueles fatores que condicionam as mudanças

necessárias para um país alcançar um patamar mais elevado de desenvolvimento.

No entanto, é preciso inserir essas novas dimensões do desenvolvimento sustentável em um contexto mais amplo de transformação da economia internacional, decorrente da globalização, que envolve aspectos relacionados com a maior integração das economias e a unificação dos mercados em nível mundial. Isso é importante pois o corolário desse processo de mundialização é a ruptura com um modelo de desenvolvimento centrado no nacionalismo econômico, no qual o Estado se sobressai como maior protagonista das decisões de investimento.

Como os princípios sobre os quais se alicerça a ideologia da globalização são os da eficiência e competitividade, o mercado funciona como principal mecanismo decisório, em detrimento dos estados nacionais. Isso pressupõe, dentre outras coisas, a existência de uma infra-estrutura moderna e eficiente, capacitação empresarial, arcabouço legal ajustado aos padrões internacionais e recursos humanos qualificados, com condições de participar desse processo de forte concorrência. No caso do Brasil, a questão que se coloca, então, é como estabelecer os limites para a intervenção do Estado, que agora é desafiado pela necessidade de construir um Projeto de desenvolvimento adequado aos novos paradigmas tecnológicos e econômicos da globalização.

Certamente, a globalização tem provocado impactos positivos na economia brasileira, através da melhoria de qualidade e redução de preços dos produtos. A maior concorrência internacional, por conta da abertura do mercado, tem forçado a ampliação dos investimentos privados para a modernização tecnológica e melhoria dos processos produtivos.

Além disso, a própria consolidação do processo de estabilização de preços tem fortalecido os instrumentos de planejamento das políticas governamentais de desenvolvimento. A agenda atual de discussões do País já não se centraliza mais em questões conjunturais, mas incorpora ações estruturais relevantes, que vão desde as reformas necessárias para o crescimento sustentado, até a definição de projetos fundamentais para

a eliminação dos entraves estruturais da economia e solução dos problemas sociais.

No entanto, não se pode desprezar os riscos associados a essa inserção internacional, uma vez que o Brasil é um País com dimensões continentais, cujo modelo de desenvolvimento resultou em graves desequilíbrios de renda e riqueza, tanto pessoal, quanto espacial. É essa peculiaridade que faz da globalização um fator de risco, capaz de fragmentar mercados ou excluir espaços menos competitivos.

Daí porque o Estado brasileiro tem um importante papel a cumprir, seja na economia, seja na sociedade. A construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional tem que basear-se nos novos paradigmas do capitalismo mundial, mas deve, também, incorporar em seu mérito principal a equidade social, priorizando através das políticas públicas o enfrentamento eficaz da situação de miséria em várias áreas do País e dos graves desequilíbrios regionais.

Essa nova lógica de intervenção estatal, contudo, deve ser orientada para adequar-se aos novos padrões de articulação interregional e intersectorial. Sobre isso, GUIMARÃES (1995) salienta os movimentos complexos e contraditórios de unificação, decomposição e fragmentação do espaço brasileiro e, simultaneamente, o surgimento de novas formas de regionalismos que se contrapõem às antigas, traduzindo não só relações na base produtiva e nas relações de produção, mas trazendo novos significados aos espaços sociais.

O planejamento regional, portanto, emerge como um dos elementos chave nesse processo, cujo objetivo primordial deve ser o de reduzir os hiatos competitivos existentes entre os diversos subespaços nacionais. Mas a nova concepção de política regional deve ter um caráter nacional e a formulação das ações governamentais deve partir da visão de eixos estruturadores das diversas sub-regiões, potencializando as vocações econômicas locais. Esse é um ponto importante, pois se diferencia do modelo tradicional de planejamento regional, onde a atuação governamental se materializava dentro de uma perspectiva macrorregional, sendo os espaços de intervenção definidos a partir de características geográficas comuns.

Assim, os aspectos inovadores dessa nova concepção de planejamento regional tem a ver com o caráter nacional das políticas de desenvolvimento regional e a atuação diferenciada nos diversos subespaços nacionais, a partir de uma visão de eixos estruturadores que dêem competitividade às estruturas econômicas locais, através de políticas descentralizadas, parcerias com o setor privado e efetiva participação da sociedade na formulação e acompanhamento das ações.

Essa percepção induz a uma revisão do modelo tradicional de intervenção governamental no Nordeste, cujas idéias principais serão tratadas nos próximos tópicos.

4 - O ENFOQUE LOCAL COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR DO DESENVOLVIMENTO

Diante do reconhecimento da importância de instrumentos estruturadores na economia e do dilema quanto ao real papel do Estado como indutor do desenvolvimento surge com grande força a noção de desenvolvimento local.

Apesar de o desenvolvimento local estar cada vez mais se firmando como elemento valioso na alavancagem do desenvolvimento, muitas vezes não se consegue distinguir de forma clara qual a diferença entre o desenvolvimento local e outras designações de desenvolvimento como: regional, rural, integrado etc. Na verdade existem óticas diferentes quanto a visão acerca do desenvolvimento local mas a maioria dos autores defende que o desenvolvimento local deve ser entendido como um processo de desenvolvimento sócio-econômico multiforme, de natureza empírica e “voluntarista”, determinado apenas pela conjugação das potencialidades, competências e capacidades de cada grupo em cada local (MORTÁ-GUA, 1998).

Nesse sentido, a noção de desenvolvimento local encerraria em si mesma um conjunto de valores, princípios e métodos, profundamente inovadores através da utilização de práticas radicalmente diferentes das tradicionalmente utilizadas, abrangendo todas as potencialidades, fragilidades e necessidades de um determinado espaço territorial. Integraria, assim, todas as práticas setoriais e temáticas antes utilizadas de forma disper-

sa, interligando e ponderando, da base para o topo, em busca de objetivos consensuais, capazes de dar coerência a uma estratégia comum para o desenvolvimento interno de um território e de suas relações com outros solidariamente articulados.

Seria portanto uma prática que funcionaria como um exercício dinâmico de cooperação para a aquisição da capacidade de gerir interesses, algumas vezes conflitantes, como resultado de uma consciência socio-política prova da evolução democrática das lideranças locais que alavancam o desenvolvimento da base para o topo.

Centros dinâmicos de produção encontrados hoje em várias partes do mundo são resultado de um trabalho descentralizado e de parcerias, como os da região norte da Itália e centro de Portugal. Contudo, a ausência da consciência política, que é característica comum em países ou regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste do Brasil, poderia comprometer o surgimento ou o funcionamento pleno de uma proposta de desenvolvimento local. Nesse contexto faz-se necessária uma “intervenção” de instituições de desenvolvimento governamentais no sentido de articular, estimular parcerias com outros organismos, cooperar na definição de uma metodologia que fomente o desenvolvimento de forma participativa e formalize contratos que definam o papel de cada órgão participante.

De acordo com GARCIA (1985), desenvolvimento é “o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e interrelacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais”. É essa visão múltipla que caracteriza o conceito moderno de desenvolvimento.

5 - A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

É preciso refutar o mito de que o Nordeste é uma região estagnada, que não tem respondido aos estímulos governamentais e que seu quadro social tem-se agravado. Na realidade, ao longo de quase quarenta anos de planejamento regional, o cenário regional mudou consideravelmente. A

economia expandiu sua base, centrando-a no setor industrial, e cresceu a taxas elevadas, superiores, em vários períodos, às alcançadas pela economia nacional.

O crescimento da economia regional que resultou numa participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de 16,0%, em 1997, conjugado com a constatação de que a população do Nordeste vem crescendo menos que a população brasileira, contribuiu para o expressivo incremento no PIB *per capita* regional, que passou de US\$ 1.029,56, em 1960, para US\$ 2.813,31, em 1997. Enquanto em 1960 o PIB *per capita* da região representava 41,9% do equivalente nacional, em 1997 essa participação aumentou para 55,8%. Os indicadores sociais também apresentaram evolução positiva. A esperança de vida passou de apenas 43,5 anos em 1960, para 64 anos em 1996. A taxa de mortalidade infantil caiu de 154,9, em 1960, para 60,4 por mil nascidos vivos, em 1997. A população alfabetizada aumentou de 34,2%, em 1960, para 76,8% em 1997.⁴

Todos esses indicadores revelam as transformações positivas ocorridas na realidade econômica nordestina. No entanto, as tendências de acumulação privada, fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região (ARAÚJO, 1997).

Como bem colocado em GOMES & VERGULINO (1995), numa perspectiva histórica, a dinâmica de crescimento econômico da região se reproduziu de forma diferenciada entre as várias subregiões do Nordeste. Ocorreu maior adensamento econômico e social nas capitais e cidades de porte médio dos estados nordestinos e praticamente todo o desenvolvimento industrial ficou limitado às áreas metropolitanas das cidades de Salvador, Recife e Fortaleza. Trajetórias diferentes foram observadas nas economias localizadas nas subregiões da Zona da Mata, do Semi-árido e nas microrregiões contempladas nos novos pólos de desenvolvimento.

Essas características geoeconômicas do Nordeste, que se distinguem pelas dinâmicas econômicas diferenciadas, consolida um quadro de nítida heterogeneidade regional, fragilizando o conceito macrorregional, tradicionalmente consagrado nas políticas públicas de desenvolvimento. Assim, uma nova abordagem de planejamento regional deve considerar as peculiaridades sócio-econômicas dos vários sub-espacos do Nordeste e, a partir daí, definir seus eixos estruturadores, adotando intervenções diferenciadas, mais adequadas às necessidades dessas áreas. Isso, certamente, dará maior eficiência aos instrumentos de política de desenvolvimento, fortalecendo sua capacidade de transformação.

Esse é um lado da questão. O outro, tem a ver com a própria realidade econômica do Nordeste que, apesar de ter reestruturado sua base produtiva e melhorado seus indicadores sociais, ainda apresenta profundos desequilíbrios intra e inter-regionais que lhe dificultam participar das preferências locacionais dos investimentos privados nacionais e internacionais. O desafio, então, consiste em definir ações que eliminem os fatores limitantes à criação de um ambiente de competitividade na região, e garanta uma inserção de forma menos vulnerável no novo ciclo de crescimento, de acordo com os novos paradigmas do desenvolvimento.

Mas qual será a opção estratégica mais adequada para orientar o desenvolvimento do Nordeste? A globalização da economia, ao lado da desconcentração das atividades produtivas e descentralização das ações do Estado, constitui o eixo básico que norteia o potencial inovador das estratégias e políticas regionais. A ação combinada desses elementos conduz a uma nova postura de ação do Estado no âmbito regional, fazendo com que as políticas nacionais assumam uma dimensão bem mais significativa.

O pressuposto básico para uma política de desenvolvimento deve ser a criação de um ambiente favorável à atuação de atividades econômicas competitivas, onde fatores locacionais como infraestrutura econômica e social adequada, mão-de-obra qualificada, boas universidades e centros de pesquisas são as pré-condições para o desenvolvimento de atividades modernas e competitivas.

⁴ SUDENE/Março, 1999.

Assim, uma estratégia de inserção competitiva e modernização produtiva do Nordeste, deve eliminar os entraves à melhoria de produtividade, privilegiar políticas que contemplem investimentos em educação e capacitação profissional, desenvolvimento científico e tecnológico, ampliação e consolidação da infra-estrutura, reestruturação da base produtiva, suporte hídrico e preservação ambiental. Tudo isso consubstanciado ainda por outras ações de natureza social, especialmente nas áreas de saúde, saneamento básico e educação.

O próximo tópico irá apresentar a concepção das políticas de desenvolvimento do Banco do Nordeste a partir dessa apreciação crítica dos fatores estratégicos para a transformação socioeconômica da região.

6 - AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO BANCO DO NORDESTE

Nas seções anteriores foram apresentados os principais elementos para uma intervenção estratégica na região, à luz dos princípios básicos que fundamentam o novo padrão do desenvolvimento mundial. Pretende-se agora identificar as políticas do Banco, relacionando-as com os eixos estratégicos de transformação competitiva da economia regional.

Como os efeitos da integração internacional, advindos da globalização, ocorrem de forma diferenciada nos subespaços nacionais, prejudicando as economias menos competitivas e pouco articuladas, o Banco do Nordeste enquanto agente de desenvolvimento enfrenta o desafio de encaminhar o Nordeste para que participe de forma dinâmica nesse novo processo de expansão econômica mundial, integrando-se, ainda, às demais regiões do País.

Para romper essa tendência de fragmentação que se afigura perversa para a região, o Banco tem trabalhado como agente de transformação, atuando de modo seletivo em setores estratégicos da economia. Como Banco de desenvolvimento, seu papel não se limita apenas ao crédito, mas envolve ações relacionadas com desenvolvimento local, capacitação, desenvolvimento científico e tecnológico, infra-estrutura, meio ambiente, desenvolvimento local. Enfim, contempla os fatores essen-

ciais para a criação de uma base produtiva competitiva, de elevada produtividade, adequada aos novos paradigmas nacional e mundial.

Essa postura mais seletiva nos eixos estruturadores faz com que seja adotada a visão da cadeia produtiva e o respeito às vocações econômicas locais. A atuação nos pólos dinâmicos da economia regional se caracteriza pela forma inovadora, baseada na forte articulação interinstitucional com os governos, demais órgãos de desenvolvimento e o setor produtivo, de modo a permitir uma sinergia de ações articuladas para alcançar as estratégias definidas.

Os QUADROS de 1 a 5, ANEXOS, resumizam as bases da Política de Desenvolvimento Regional adotadas pelo Banco do Nordeste e que se inserem no contexto global da política da instituição, cuja fundamentação está na identificação dos segmentos dinâmicos da economia regional, para uma atuação seletiva em áreas que permitam irradiar mais fortemente os frutos do desenvolvimento aos demais setores da economia.

Atualmente, as intervenções mais expressivas estão voltadas para segmentos dinâmicos associados à fruticultura, turismo, exportações, pólos industriais e expansão da fronteira agrícola nas áreas dos cerrados. Para esses segmentos, onde o Nordeste apresenta claras vantagens comparativas, o Banco trabalha para criar condições locais apropriadas para induzir o desenvolvimento sustentável das áreas. Isso envolve ações em infra-estrutura, capacitação técnica e empresarial, pesquisa tecnológica e outras, em um contexto de forte parceria com órgãos públicos, o setor privado e a própria sociedade.

O suporte para a fundamentação das políticas do Banco do Nordeste provém do amplo conhecimento sobre a realidade regional, adquirido ao longo dos anos de atuação, bem como dos inúmeros estudos e pesquisas que o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) realiza permanentemente na região. Tais trabalhos constituem a principal fonte inspiradora das políticas de desenvolvimento do Banco.

Conforme foi visto, o princípio básico para uma intervenção capaz de mudar o perfil sócio-econômico do Nordeste está na atuação nos eixos

de transformação competitiva, associados à educação e capacitação profissional, infra-estrutura, desenvolvimento científico e tecnológico com vistas ao crescimento econômico sustentável. Esses eixos são, de fato, os referenciais mais importantes para a formulação das políticas do Nordeste.

O eixo de transformação competitiva ligado à educação e capacitação, decorre da certeza de que são elementos-chave para a redução da pobreza e suprir a carência de mão-de-obra qualificada da região. Para tanto, o Banco mobiliza parcerias com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão empresarial dos agentes produtivos e institucionais, para o crescimento das pessoas através de mudança comportamental, bem como possibilitar uma visão crítica dos agentes produtivos sobre sua realidade, dentro de uma visão global. Enfim, capacitação compreende ações que vão desde a assistência técnica até a habilitação das empresas em gestão tecnológica.

Também os eixos de infra-estrutura e desenvolvimento científico e tecnológico têm sido objeto de intervenção estratégica, uma vez que são condicionantes para a criação das externalidades necessárias para uma estrutura econômica mais competitiva. Na infra-estrutura são identificadas as demandas existentes e mobilizados os atores envolvidos, com o objetivo de encontrar soluções para os gargalos de infra-estrutura que limitam o desenvolvimento da região, especialmente dos pólos dinâmicos. Isso envolve medidas relacionadas principalmente com a gestão dos recursos hídricos, expansão da matriz energética regional, modernização dos transportes (rodoviário, hidroviário, ferroviário, e aeroportuário) e desenvolvimento das comunicações.

Considerando os ganhos de produtividade advindos do desenvolvimento tecnológico, está definida uma política de fomento para a área de tecnologia, através de ações de apoio à pesquisa e à difusão tecnológica. As pesquisas são orientadas para o melhor aproveitamento das vocações locais, considerando que a inovação tecnológica é fator primordial para a competitividade e, conseqüentemente, sustentabilidade dos empreendimentos produtivos. O Banco atua através de apoio às pesquisas provenientes dos diversos Centros de pesquisa da região, bem como por meio de pro-

gramas de financiamento aos projetos de inovação tecnológica oriundos das empresas.

A atuação nas áreas (Capacitação, Infra-estrutura e Ciência e Tecnologia), visa elevar a competitividade e produtividade dos empreendimentos da região e efetivar mudanças no nível de desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Ao lado dessas ações, sobressaem as políticas de suporte a micro e pequenos empreendedores e de estímulo à industrialização regional e de modernização dos setores agrícola e agroindustrial, cujas estratégias são definidas a partir da seleção das potencialidades econômicas e identificação de nichos de competitividade. A metodologia de atuação nessas áreas se dá através da política de pólos de desenvolvimento integrado, que consiste em uma nova postura de gerenciamento das ações, caracterizada predominantemente pela estreita cooperação entre os diversos atores econômicos, institucionais e sociais.

Outra fonte importante de dinamismo da economia regional está ligada ao comércio exterior, notadamente à ampliação das exportações nordestinas que está condicionada pela própria transformação competitiva da economia. Como desdobramento do Programa Especial de Exportação do Governo Federal, o Banco idealizou programas de promoção das exportações no âmbito de cada estado do Nordeste, a partir da seleção de setores, pelos próprios estados, mais aptos a ingressarem no mercado internacional. Esses programas estaduais foram formatados para facilitar a interlocução com o Governo Federal e se destinam a estimular e ajudar na mobilização e realização de diagnósticos nos setores escolhidos, na definição de metas de exportação e na identificação de gargalos, com o objetivo principal de torná-los competitivos.

As estratégias de transformação competitiva da economia nordestina, que incorporam as dimensões fundamentais estimuladas pelo Banco do Nordeste em parceria com instituições estaduais, municipais, Universidades, Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE) e outras, constituem o grande diferencial que segue as tendências mundiais de atuação participativa em atividades selecionadas a partir das vocações econômicas locais.

7 - CONCLUSÕES

As teorias do desenvolvimento econômico têm sofrido grandes mudanças de visão ao longo dos anos acompanhando as evoluções tecnológicas e os resultados de políticas anteriormente empregadas. Independente de visões restritas de intervenção direta do Estado ou da confiança exagerada nas forças de mercado, é clara a necessidade de redução de hiatos competitivos existentes entre subespaços nacionais.

Ao lado da necessidade de se direcionar esforços na sustentação das dimensões do desenvolvimento que permitam a competitividade, a nova concepção de política regional deve ter um caráter nacional potencializando as vocações econômicas locais.

As dimensões que propiciam o desenvolvimento econômico dentro de uma visão dinâmica devem atender aos preceitos de redução das disparidades no nível de renda e da inserção competitiva do País num mundo de integração econômica e estão sendo trabalhadas em nível de Nordeste pelo Banco do Nordeste em ação partilhada com diversos órgãos nos planos federal, estadual, municipal e mesmo organizações não governamentais, no sentido promover de forma mais estruturada o desenvolvimento econômico da região Nordeste do Brasil.

A busca constante da consolidação desse processo que passa pelo amadurecimento de instituições, setores produtivos e sociedade, bem como por uma maior interação entre as ações de forma convergente, lança as bases e abre caminhos fundamentais para o desenvolvimento.

Abstract:

The study has the main objective of identifying the most important bases that guide the formulation of development policies in the contemporary world, analyzing how they influence the National sustainable economic development on a dynamic view that regards the income gap reduction and the competitive insertion of the country in the international market. The authors present a view of the main dimensions of sustainable development that are being implemented in Brazil's Northeast by Banco do Nordeste underlining the methodology that is being used in partnership with federal, state, municipal and non governmental institutions in order to foster the integrated economic development of the region in a better structured way.

Key Words:

Economic Development Policies; National Subspaces; Development Dimensions; Competitivity; Local Development; Gap Reduction; Brazil's Northeast; Regional Development.

8 - ANEXOS

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BANCO DO NORDESTE

QUADRO 1



A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BANCO DO NORDESTE

QUADRO 2



A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BANCO DO NORDESTE

QUADRO 3



A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO BANCO DO NORDESTE

QUADRO 4



A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO BANCO DO NORDESTE

QUADRO 5



9 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AFFONSO, R.B., SILVA, Pedro Luiz B. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. [S.l.]: UNESP, 1995.
- ALBUQUERQUE, R. Cavalcanti, GOMES, Gustavo Maia. **Nordeste: os desafios de uma dupla inserção**. [S.l.], 1996.
- ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. [S.l.]: Banco do Nordeste, 1998.
- ARAÚJO, T.B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, n. 29, p. 7-36, 1997.
- _____. Nordeste, Nordeste: que Nordeste?. In: AFFONSO, R.B., SILVA, Pedro Luiz B. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 125-156.
- BAER, Werner. **The brazilian economy: growth and development**. 4. ed. [S.l.]: Praeger, 1995.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Projeto Áridas: Nordeste – uma estratégia de desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1995.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- GARCIA, A. Modelos operacionais de reforma agrária e desarrollo rural en America Latina. San José: IICA, 1985.
- GOMES, Gustavo M., VERGOLINO, J.R. A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994. In: Prêmio Pernambucano de Economia Dirceu Pessoa 94. 1995.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, SILVA. 1995. P. 13-52.
- KUZNETS, Simon S. **Crescimento econômico moderno:** ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MORTÁGUA, Camilo. Existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso País? **Revista para o Desenvolvimento Local**, 1998.
- MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica.** Tradução José Auto. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- QUEIROZ, Byron C. A ação do Banco do Nordeste no novo milênio. [S.l.], 1998.
- SEPRE. Estratégias e prioridades para o desenvolvimento do Nordeste. [S.l.], 1997.
- SILVA, R. Avelino. **Desconcentração Industrial Brasileira como Fator de Equilíbrio Regional.** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1979.
- SUDENE. **Pacto Nordeste.** [S.l.], 1997.
- _____. **Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil - 1960-97.** Recife, 1999.
- TODARO, Michael P. **Economic development.** 6. ed. [S.l.]: Addison-Wesley Publishing Company, 1996.
- VINER, Jacob. **Studies in the Theory of International Trade.** New York: Harper, 1937.
- WALSH V., Gram, H. **Classical and Neoclassical Theories of General Equilibrium:** Historical origins and mathematical structure, New York: Oxford University Press, 1980.
- WORLD BANK. **World development report.** [S.l.], 1991.

Recebido para publicação em 02.JUL.1999.